

BARREIRO, J. C. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 243 p.

Os relatos dos viajantes estrangeiros que vieram para o Brasil, ao longo de quatro séculos, deixaram as impressões da descoberta de uma nova natureza e do estranhamento dos europeus diante dos costumes dos homens que aqui habitavam. Esses relatos produziram as primeiras representações geográficas e sociais do Brasil para os europeus e representam o olhar do estrangeiro que descobriu, nomeou e catalogou o País.

Pensando na formação do Brasil como parte do imenso movimento de povos, culturas, idéias e políticas de que tem sido palco o mundo Atlântico desde fins do século XV, o historiador José Carlos Barreiro definiu como um dos objetivos de seu livro, ilustrado com pinturas da época, investigar o imaginário de viajantes estrangeiros que percorreram várias províncias do Brasil durante do século XIX.

No século XIX, sobretudo após a abertura dos portos em 1808, foi intensa a visitação ao Brasil por viajantes europeus de diversas nacionalidades, que produziram registros minuciosos sobre a sociedade. É a partir desses registros que Barreiro, em *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, investiga o imaginário dos viajantes, como também dedica-se à reconstituição do cotidiano e das lutas sociais das *classes subalternas*.

Do ponto de vista teórico é possível identificar dois eixos no trabalho. O primeiro refere-se aos recursos conceituais utilizados para estudar o imaginário dos viajantes, fundamental na compreensão da leitura que fizeram do Brasil. Para Barreiro, não era possível entendê-los simplesmente como filhos do capitalismo nascente, limitando a formação de sua visão de mundo às influências econômicas da época. O autor utilizou-se do conceito **modernidade** (formulado inicialmente por Weber e retomado posteriormente por outros autores, dentre eles Habermas e Berman), definido fundamentalmente como o tempo da

modernização da sociedade e da cultura que se fazia progressivamente a partir do século XVIII. No plano da cultura, a modernidade traduziu-se num processo de desencantamento por meio do qual as concepções religiosas de mundo, ao se desintegrarem, acabaram por engendrar na Europa uma cultura profana. O desenvolvimento das sociedades modernas, ao lado da laicização da cultura, com o surgimento das ciências empíricas modernas e a autonomização das artes, constituiu o outro pólo que permitiu determinar a existência da modernidade. As novas estruturas sociais passaram a ser caracterizadas pela diferenciação de dois sistemas, cristalizados em torno de centros organizadores. Tais centros são a empresa capitalista e o aparelho burocrático do Estado, que do ponto de vista funcional se interpenetram. Vivendo numa sociedade com tais características, qual Brasil foi inventado pelos viajantes? Esta questão norteou o trabalho de compreensão de alguns aspectos da sociedade brasileira do século XIX, a partir da investigação do imaginário dos viajantes.

O segundo eixo teórico norteador da investigação aplica-se à reconstituição do cotidiano e das lutas sociais das classes subalternas da sociedade brasileira no período, a partir da leitura dos viajantes. Aqui o autor serve-se de métodos da história social, para reavivar aspectos esmaecidos da vida e da identidade de negros livres, índios, escravos, agregados, artesãos, sitiantes, marinheiros e vadios das mais diversas raças e etnias. Edward Thompson, historiador militante da nova esquerda inglesa, foi inspiração importante no trabalho de Barreiro. Thompson flexibilizou e enriqueceu os conceitos marxistas para entender as manifestações da plebe inglesa contra o movimento liberal no século XVIII. Reelaborou a noção de cultura, antes quase sempre tratada como mero reflexo da infra estrutura.

Trilhando os caminhos de Thompson, Barreiro pesquisou o extenso e diversificado segmento social formado pelas classes subalternas da sociedade brasileira do período, num momento em que as mesmas não haviam ainda incorporado a ética do trabalho capitalista e a noção de propriedade privada. Emerge, pois, deste estudo um cenário rico e surpreendente de valores, idéias, costumes e, sobretudo, de con-

fronto cultural e multiétnico no qual a cultura não é entendida na acepção de consenso, mas constituída por *criação e luta*.

Este quadro teórico foi sustentado por densa pesquisa empírica envolvendo relatos de viajantes estrangeiros (sua fonte principal), mas também cronistas, folcloristas e relatórios de Congressos Agrícolas de fazendeiros do século XIX.

Na primeira parte do livro, o autor analisa as noções de trabalho, de propriedade e de tempo no pensamento filosófico e na sociedade moderna europeia que permeavam o imaginário dos viajantes europeus do século XIX, demonstrando ao mesmo tempo que tais noções da sociedade liberal europeia não se encontravam ainda consolidadas entre os pobres da sociedade brasileira desse século. O crime contra a propriedade particular, que muitas vezes aparece analisado na historiografia como ato primitivo ou como ação simplesmente motivada pela fome, assume outra dimensão analítica no trabalho de José Carlos Barreiro, ao enfatizar o caráter contraditório com que as noções de propriedade e honestidade são apropriadas pelas classes subalternas.

Os viajantes, ao observarem os modos e ritmos de trabalho das populações locais, não conseguiam entender suas concepções de tempo cíclico, guiadas pelas estações do ano, pelo “bom tempo” e pelas atividades religiosas, diferentes de suas noções de trabalho disciplinado medido por um tempo abstrato que regula as atividades dos trabalhadores da economia capitalista. Partindo de tais conceitos, os viajantes desqualificavam os costumes e a cultura material dos subalternos, caracterizando-os como ociosos e preguiçosos. No entanto, não fugiu ao olhar desses estrangeiros a intensa exploração do trabalho à qual o homem comum encontrava-se submetido.

Em outro eixo, o autor analisa a intervenção coercitiva do Estado nas diferentes esferas da vida social. O recrutamento forçado do homem pobre livre e dos indígenas para compor as milícias, as ordenanças e os regimentos de linha, desagregavam suas culturas, suas estruturas familiares, a organização de sua economia e as relações de trabalho. A intervenção do Estado também se manifestava na disciplinaridade das festas dos escravos, visto ser freqüente a ocorrência em muitas províncias de rebeliões escravas surgidas nessas ocasiões.

O trabalho José Carlos Barreiro é leitura imprescindível para se conhecer os conflitos e as contradições da formação da sociedade brasileira desde os primórdios da formação do Estado nacional até o fim do período imperial. A reconstrução deste universo, realizada por Barreiro, permite ao leitor compreender a complexidade da vida social no século XIX, para além das relações senhor-escravo, numa reconstituição compreendendo todo um complexo multiétnico abrangendo negros e índios livres e pobres. Como bem expõe o autor, as concepções liberais de propriedade, tempo linear e trabalho disciplinado da sociedade liberal somente serão incorporadas pelos trabalhadores brasileiros no século XX, período em que o *movimento de trabalhadores* sobrepõe-se ao *protesto popular* do século XIX e, nos centros urbanos, “a luta social vai circunscrevendo-se cada vez mais à diminuição da jornada de trabalho, ao aumento de salários e à criação de sindicatos livres” (p.33).

Cabe ressaltar, finalmente, quanto foram fortes e perenes certas imagens e interpretações feitas pelos viajantes sobre o Brasil. O autor nota a subordinação ainda hoje de nossa própria imagem àquelas elaborações, com repercussões danosas no encaminhamento de questões sociais e culturais candentes da sociedade brasileira contemporânea. Barreiro discute, por exemplo, a questão dos índios e dos negros. Não poucas vezes os primeiros foram caracterizados por viajantes como extremamente bestiais e violentos. Os segundos, provindos diretamente das selvas africanas, encontravam-se em completo estado de barbárie. Vem daí o tom invariavelmente desqualificador e zombeteiro com que descreviam suas cerimônias, costumes e manifestações culturais de um modo geral. É possível, acrescenta Barreiro, que ressonâncias desse imaginário estejam ainda alimentando uma insensibilidade política que explique, de alguma maneira, a marginalidade social do negro na sociedade contemporânea e a desconsideração para com os índios, que poderá conduzir inevitavelmente à extinção de sua cultura.

Para além da caracterização das classes subalternas e seu modo de vida, lembra também o autor que temas como a cidade brasileira e a organização de seu espaço foram permanentemente tratados pelos viajantes, de forma a transferir para cá modelos europeus assépticos em

consonância com campos visuais amplos e propícios para o controle do ir-e-vir dos habitantes de uma cidade. Os desdobramentos desse imaginário sobre a ação dos primeiros reformadores urbanos do Brasil foram bastante eficazes. As reformas do Recife e Rio de Janeiro de inícios do século XIX analisadas por Barreiro são exemplares, sobretudo pelas conseqüências funestas trazidas à população pobre. As linhas de força desse imaginário, acrescenta o autor, permaneceram um século depois nas reformas urbanas do período republicano. A razão funcional que orientou o projeto desenvolvimentista da construção de Brasília parece ter sido o prolongamento mais recente do sonho autocrático e disciplinarizador que os viajantes nutriam sobre a organização da cidade e seus habitantes.

Isso revela quanto ainda está por ser feito em termos de um trabalho historiográfico persistente de crítica aos discursos dos viajantes, que sob muitos aspectos continuam dando forte sustentação à construção de nossa própria história.

#### NOTA

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História – FCL – UNESP – CEP 19806-900 – Assis – SP.

Resenha enviada em 05/2003. Aprovada em 08/2003.